



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



RUMO AO
TRICENTENÁRIO
DA INDEPENDÊNCIA



JANELAS DE OPORTUNIDADES E MISSÕES PARA O TERCEIRO SÉCULO DE INDEPENDÊNCIA



Cristovam Buarque

Engenheiro mecânico, doutor em economia pela Universidade de Sorbonne, escritor e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB). Foi ministro da Educação, governador de Brasília-DF, senador e candidato à presidência da República em 2006. Fez a curadoria do projeto “200 anos de Independência – a indústria e o futuro do Brasil”

*Qual nação construímos ao longo dos últimos dois séculos, desde a Independência? Em que estágio político, econômico, social e ecológico estamos? Quais os principais desafios que temos pela frente, para construir um país próspero economicamente, justo socialmente, sustentável ambientalmente e democrático politicamente? Essas questões foram o ponto de partida do projeto **“200 Anos de Independência – a indústria e o futuro do Brasil”**, desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), do qual tive a honra de ser curador, a convite do presidente da entidade, Robson Braga de Andrade.*

As reflexões e assertivas feitas por 22 especialistas e líderes políticos e empresariais, durante uma série de cinco seminários temáticos, estão compiladas nos artigos que compõem este livro, elaborados a partir das respectivas palestras e intervenções. Além de comentários publicados ao final de cada artigo, os debates contribuíram para as reflexões que se seguem, sobre as realizações, os fracassos e os erros ocorridos desde 1822, assim como os desafios e missões, diante das janelas de oportunidades que teremos até 2122, quando se completará o terceiro centenário da Independência.

NOSSAS REALIZAÇÕES

Território integrado – Construimos um território integrado, contínuo, com o mesmo idioma e pouca divergência sectária, seja política ou ideológica.

História quase sem guerras – Tivemos um único conflito armado com país vizinho – a Guerra do Paraguai – e fizemos parte da coalisão mundial contra o nazismo. Afora esses dois conflitos bélicos, apesar de rebeliões locais contra oligarquias e ditadores, não tivemos guerra civil política, nem mesmo para abolir a escravidão.

Triunfo da democracia – Adotamos prática democrática com eleições regulares durante quase todos os 200 anos, sendo que, há mais de três décadas, temos eleições livres em todo o país, a cada dois anos. O sistema de votação e de processamento de votos, por meio de urnas eletrônicas, é considerado uma referência mundial em segurança e rapidez. As instituições públicas estão em constante processo de aprimoramento.

Parque industrial moderno – Dispomos de um dos mais modernos e diversificados parques industriais do mundo, que produz desde alimentos e bebidas até produtos com alta intensidade tecnológica,

como computadores, celulares, automóveis e aviões. Diversas empresas industriais se tornaram globais, tais como Vale, Embraer, Marco Polo, WEG, Gerdau, JBS, Petrobras, Ambev, Braskem, Iochpe-Maxion, Suzano, Tigre e Fitesa. Criada em 1967, a Zona Franca de Manaus se tornou um dos principais polos industriais do país, levando desenvolvimento e gerando milhares de empregos na Região Norte. A indústria nacional é responsável, ainda, pela produção de insumos, maquinários e equipamentos com tecnologia de ponta que viabilizam a modernização e a competitividade dos demais setores da economia, da agropecuária, do comércio e de serviços.

Conquista do Centro-Oeste – A construção de Brasília, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), além de legar ao país um dos mais expressivos monumentos do urbanismo e da arquitetura universal, contribuiu de forma significativa para a ocupação do território e a interiorização do desenvolvimento. Abriu caminho para o desbravamento do Cerrado a partir da década de 1970. Hoje, graças ao trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e ao empreendedorismo de milhares de agricultores de outras regiões, sobretudo do sul do país, o Centro-Oeste se tornou um dos maiores polos de produção agrícola

do planeta e um dos rincões mais prósperos do país.

Celeiro do mundo – Nas últimas décadas, o agronegócio se transformou em uma das principais alavancas da economia brasileira e o principal fator de equilíbrio da nossa balança comercial. Contribuímos de forma expressiva para a alimentação de centenas de milhões de pessoas ao redor do mundo – somos o quarto maior produtor de grãos e abrigamos o maior rebanho bovino do planeta. Ocupamos o primeiro lugar nos rankings mundiais de produção e exportação de soja, café, laranja, suco de laranja e carnes bovina e de frango.

Modernização da infraestrutura – Montamos grande infraestrutura de transporte por rodovias, com obras monumentais como a Ponte Rio Niterói; implantamos robusto sistema de energia limpa, abastecido por usinas hidrelétricas, com destaque para Itaipu, a segunda maior do mundo, e estamos construindo alternativas baseadas nas fontes solar e eólica, além da experiência pioneira do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que levou o Brasil à condição de segundo maior produtor mundial de etanol. Nosso território é totalmente integrado do ponto de vista das comunicações, por meio de rádio, televisão, internet e telefonia celular.

Saltos na educação e na pesquisa

– Montamos uma rede escolar que matricula quase a totalidade de nossas 50 milhões de crianças na educação básica, além dos maiores sistemas de distribuição de merendas e de livros didáticos do mundo. Temos um ensino superior com mais de 8 milhões de alunos e um sistema de pós-graduação com centros de excelência. Contamos, também, com algumas instituições de pesquisa que estão entre as mais respeitadas do mundo, como Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Instituto Butantã, Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), entre outras.

Expansão do sistema de saúde –

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir da Constituição Federal de 1988, viabilizou o atendimento público de saúde a toda a população, juntamente com o sistema universal de vacinação em massa, considerado referência mundial.

Avanços sociais – Há quase três décadas, mantemos programas de transferência de renda – Bolsa Escola, Bolsa Família e Auxílio Brasil – que beneficiam dezenas de milhões de famílias pobres e já tiraram milhões de pessoas da miséria. Além disso, serviram de exemplo e padrão de referência para programas similares

em diversos países. Um programa de cotas sociais permitiu a milhares de estudantes de baixa renda o acesso à universidade.

Produção cultural rica e diversa

– Temos produção de alta qualidade na literatura, na música clássica e popular, na pintura, na escultura, no teatro e no cinema, entre outros segmentos da arte e da cultura. Nossa teledramaturgia está entre as mais respeitadas e divulgadas ao redor do mundo. A *Semana de Arte Moderna de 1922*, realizada em meio à celebração do primeiro centenário da Independência, deu início a um movimento que colocou o país na vanguarda da produção artística e cultural. Dois outros movimentos culturais, o *Cinema Novo* e a *Bossa Nova*, ganharam repercussão mundial em meados do século XX e, ainda hoje, são referências para amantes e estudiosos do cinema e da música, respectivamente. Nossa arquitetura é reputada entre as melhores do mundo, tanto quanto as técnicas especiais de construção civil.

Inventores e invenções –

Algumas importantes invenções da humanidade também são atribuídas a brasileiros. Eis as principais: avião (*Alberto Santos Dumont*); transmissão radiofônica (*Roberto Landell de Moura*); urna eletrônica (*Carlos Prudêncio*); radiografia/abreugrafia (*Miguel de Abreu*); walkman (*Andreas Pavel*);

máquina de escrever (*João Francisco de Azevedo*); coração artificial (*Aron de Andrade*); balão a ar (*Bartolomeu Lourenço de Gusmão*); câmbio automático (*José Braz Araripe e Fernando Lehly Lemos*); e cinema 3D (*Sebastião Comparato*).

Patrimônios da humanidade –

Atualmente, o Brasil tem 23 sítios culturais ou naturais tombados como patrimônios da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). **Patrimônios culturais:** Cidade Histórica de Ouro Preto (MG), Centro Histórico de Salvador (BA), Centro Histórico de Olinda (PE), Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (MG), Ruínas de São Miguel das Missões (RS), Brasília (DF), Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), Centro Histórico de São Luís (MA), Centro Histórico de Diamantina (MG), Centro Histórico de Goiás (GO), Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), Paisagem do Rio de Janeiro (RJ), Conjunto Arquitetônico da Pampulha (MG), Cais do Valongo (RJ) e Sítio Roberto Burle Marx (RJ). **Patrimônios naturais:** Parque Nacional do Iguaçu (PR), Costa do Descobrimento (BA e ES), Mata Atlântica (PR e SP), Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM), Área de Conservação do Pantanal (MT e MS), Ilhas Atlânticas Brasileiras (PE) e Áreas de Conservação do Cerrado (GO). **Patrimônio misto (cultural e natural):** Paraty e Ilha Grande (RJ).

NOSSOS FRACASSOS

Persistência da pobreza – Nosso maior e mais evidente fracasso é a persistência de bolsões de pobreza espalhados pelo país. Ao final do segundo centenário da Independência, depois de quase um século de políticas econômicas e industriais de desenvolvimento e industrialização, temos 33 milhões de pessoas famintas, o equivalente a 14% da população. Esse número chega a 100 milhões, quase 50% da população, em condições de insegurança alimentar. Quase 35 milhões de pessoas no Brasil vivem sem acesso a água tratada e cerca de 100 milhões não têm acesso a coleta de esgoto. O desemprego atinge cerca de 15 milhões de trabalhadores, muitos deles desalentados, que desistiram de buscar trabalho, e 12 milhões de jovens não estudam nem trabalham.

Permanência do analfabetismo – Entre os indicadores de pobreza, o mais injustificado e mais potencialmente danoso é a permanência e a ampliação no número de analfabetos no país. Na Proclamação da República, o Brasil tinha seis milhões de analfabetos, o correspondente a 90% da população. Apesar disso, os republicanos incluíram o texto “Ordem e Progresso” na bandeira. Cento e trinta anos depois, o Brasil apresenta o fracasso de ter duplicado o número de adultos que

não sabem ler e escrever (entre 12 e 14 milhões de brasileiros), o que rouba dessa parcela da população a chance da cidadania plena para participar de sua nação, até mesmo a capacidade de reconhecer a própria bandeira. A permanência do analfabetismo indica o fracasso da abolição da escravidão, porque corresponde à continuação de seus resquícios, como um fóssil social.

Má qualidade e desigualdade da educação – Em um ranking elaborado pela Unesco, entre 127 países, nossa educação está na 88ª posição; na classificação da OCDE, estamos no 62º lugar entre 76 países. Fracasso ainda maior é a desigualdade educacional, conforme a classe social do aluno. Somos um país quase totalmente *analfabeto para a contemporaneidade*: nossa população não escreve corretamente o português, não fala idiomas estrangeiros, não tem habilidade profissional, não conhece ciência, geografia, história, artes, nem está bem-informada sobre os problemas do mundo.

Insalubridade pública – Apesar de dispormos de um amplo sistema de atendimento médico, o mesmo tem qualidade insuficiente e desigual conforme a renda do usuário. A forma injusta como os serviços de saúde são oferecidos chega ao ponto de desigualar fortemente a esperança de vida de um brasileiro ao nascer,

dependendo de sua renda. Dentro da cidade de São Paulo, a diferença na esperança de vida chega a 23 anos, quando se compara um morador no bairro Cidade Tiradentes (média esperada de viver até 58,3 anos) com um morador no bairro Alto de Pinheiros (média de 80,9 anos). O Brasil fracassou na saúde pública, sobretudo, por falta de investimentos em saneamento básico, resultando em doenças que poderiam ser evitadas, que podem levar à morte por contaminação, além de reduzir, diariamente, a produtividade de trabalhadores e o desempenho escolar de alunos.

Concentração de renda e de benefícios – Fracassamos na distribuição de renda para nossa população – os 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda total e ganham, em média, 29 vezes mais que a média da metade pobre. Igualmente perversa é a concentração do patrimônio: apenas 1% dos mais ricos detém 50% do patrimônio nacional e os 10% mais ricos detém 80%. Isto faz o Brasil ser um dos cinco piores entre todos os países, do ponto de vista da desigualdade de renda.

Desintegração social – Apesar do território unido e do idioma comum, não conseguimos fazer uma nação com seu povo unificado. Chegamos ao bicentenário da Independência com um país tão

dividido socialmente que podemos definir a desigualdade como um sistema de *apartheid*: o *apartheid* social brasileiro. A maior parte da população vive em comunidades pobres, desfavorecidas de renda e serviços, e uma minoria em condomínios ricos fechados, com todos os benefícios da modernidade. Entre esses dois grupos, uma parte sobrevive espremida, ameaçada de cair para um lado ou ter a chance de ascender para o outro.

Desigualdade regional – Os 200 anos de independência deixaram um país deformado do ponto de vista da distribuição de riqueza, bem-estar e poder entre suas regiões. Todos os indicadores sociais e econômicos apresentam graves desigualdades entre as Regiões Sul e Sudeste quando comparadas às Regiões Norte e Nordeste, com relação a renda per capita, níveis educacionais, qualidade urbana, insalubridade e atendimento médico, concentração de renda e produção de ciência e tecnologia.

Baixa produtividade – Apesar de estarmos entre as dez maiores economias do planeta, o Brasil tem uma renda per capita de US\$11.000,00 ao ano, o que nos deixa na 63ª posição no mundo nesse quesito. Isso se deve à baixa produtividade que, ao final do nosso segundo centenário, está na 57ª posição no ranking mundial.

Instabilidade da moeda – Fracassamos em um dos pilares centrais de uma nação: a manutenção da estabilidade de sua moeda. No prazo de 70 anos, adotamos sete diferentes moedas – um recorde mundial. Hoje, apesar de quase três décadas de relativa estabilidade do Real, o país vive sob uma inflação acima das metas, fazendo imaginar que dificilmente essa moeda sobreviva até 2122, quando se completará o terceiro século da nossa Independência.

Mente escravista, perdulária e imediatista – Não criamos uma mente nacional solidária – social, ecológica, fiscal e geracional –, nem que adote a igualdade nos direitos à educação e à saúde, que defenda austeridade no presente e compromisso com o longo prazo. A *mente nacional* continua com dois vícios originários: a sensação de supremacia social, por raça ou por classe, e de que os recursos são inesgotáveis, tanto naturais quanto fiscais. Uma das consequências desses vícios é a alta preferência pelo consumismo no presente e a baixa propensão nacional à poupança.

Armamentismo e violência – O uso da violência sobre índios, negros, natureza, mulheres, crianças e pobres faz parte da mente brasileira desde sua origem. A consequência é uma espécie de guerra-civil-social-espontânea nos centros urbanos, ainda sem

organização nem propósito político. Vítima da falta de segurança pública, a população busca refúgio no próprio armamentismo que se espalha pelo país, incentivado pelo próprio governo no momento do bicentenário, com riscos ainda imprevisíveis para as décadas futuras. Provas desse fracasso são o alto índice de mortes por violência, que aumenta a cada ano, e o fato de o país abrigar a quarta maior população carcerária do mundo – são quase 1 milhão de presos, na quase totalidade negros e pobres. O Brasil entrará no seu terceiro século pós-Independência sob o signo da violência e com o crime organizado empoderado, sobretudo nas grandes cidades.

Racismo estrutural – Choca ainda mais o fato de a violência, sob todas as formas, inclusive assassinato, atingir sobretudo a população negra, especialmente seus jovens. Esse dado é apenas um dos indicadores do racismo que segue no país, de forma camuflada e estrutural, como uma ferida que está sempre aberta. Não implantamos um *apartheid* como na África do Sul, nem tivemos leis de segregação social como nos Estados Unidos, mas, 200 anos após a proclamação da Independência e 133 anos após a Abolição da Escravatura, a população afrodescendente – que compõe mais de 50% da população total do país – ainda tem menor escolaridade, renda inferior e sofre discriminações em todos os setores da vida social.

A chaga da corrupção – Esse é um mal que permeia nossa sociedade, em diferentes níveis e acepções: grandes lances de apropriação indevida de recursos públicos, tráfico de influência, descumprimento de acordos, compadrios, nepotismo, cambalachos, maracutaias – essas duas últimas, expressões bem brasileiras, isso sem se falar no famoso “jeitinho”, considerado por muitos uma qualidade do caráter brasileiro. Somam-se a essas corrupções explícitas as diferentes formas de corrupção implícita, como a opção de políticos e governos por prioridades sem compromisso social ou estratégico, e o uso de dinheiro público em obras suntuosas e ineficientes.

Insustentabilidade ambiental

– A despeito de ainda termos mais florestas preservadas do que muitos países da Europa e dos Estados Unidos, chegamos ao terceiro século da Independência com a fama de os maiores desmatadores no início do século XXI. Ao longo dos últimos 200 anos, desmatamos quase toda a Mata Atlântica. O bioma Amazônia, que ocupa cerca de 50% do território nacional e abriga a maior diversidade do Planeta, não é devidamente tratado como um ativo para o desenvolvimento da região e do país. Nos últimos 50 anos, cerca de 20% da Floresta Amazônica foram devastados. Além da devastação das florestas, o país depredou de forma irreversível seus rios, deixados com água sem qualidade nem possibilidade de navegação.

Caos urbano – Desintegração social, concentração de renda, modernidade apressada e imprevidência gerencial levaram à implantação de “monstrópoles” no lugar de metrópoles. As condições de habitação, saneamento, transporte, qualidade de vida, além da violência e da falta de convivialidade, deixam nossas grandes cidades próximas ao colapso. Atualmente, há no Brasil cerca de 13 mil favelas, onde moram aproximadamente 17 milhões de pessoas, geralmente em condições precárias. Essa é uma demonstração inequívoca do fracasso que é o caos urbano brasileiro.

Política fiscal e Estado

ineficientes – Ao longo dos dois séculos de Independência, construímos uma máquina estatal inchada, que serve mais a interesses particulares, eleitóreiros e corporativistas do que aos contribuintes e aos cidadãos em geral. Para financiar essa máquina, montamos um sistema fiscal de alta complexidade, sujeito a vazamentos e asfixiador da economia. Tal sistema força as empresas a despenderem mais dinheiro com advogados e contadores do que com técnicos e engenheiros. Apesar dos vultuosos recursos alocados, oriundos de intermináveis taxas e impostos, sua utilização é ineficiente e, por consequência, os serviços prestados ao público são precários. O alto custo da máquina estatal – somado

à falta de planejamento, ao não estabelecimento de prioridades e à corrupção – levou à incapacidade de investimento do Estado em áreas essenciais.

Limitação na ciência, tecnologia e inovação

– Ingressamos no terceiro século da Independência sem adentrar de forma efetiva na era do conhecimento, que caracteriza e distingue o atual estágio da civilização humana. Apesar de termos uma das maiores economias do planeta, estamos na 62ª posição no ranking de nações inovativas. Somos um país importador de inovação e de conhecimento em quase todos os setores da economia e da sociedade. Ao mesmo tempo, exportamos grande parte de nossos melhores cérebros, por falta de apoio à pesquisa e à ciência no país. Os poucos investimentos nessa área explicam, pelo menos em parte, o fato de até hoje não termos conseguido ganhar nenhum Prêmio Nobel, mais de 120 anos após a instituição dessa premiação.

Instabilidade social – Chegamos ao terceiro século de Independência com o tecido social fragilizado, em decorrência da pobreza, da desigualdade e do fracasso educacional que dificulta o bom funcionamento da sociedade e impede a formação de capital humano na quantidade e na qualidade que a economia exige.

ONDE ERRAMOS

Independência com escravidão – A manutenção da escravidão durante um terço dos 200 anos de independência deixou marcas profundas na tragédia social e política do país. Esse longo período é a causa de quase todos os nossos grandes problemas e nos deixou uma mente escravista, que caracteriza o comportamento brasileiro, dificultando a coesão social e o rumo histórico de que o país necessita no terceiro século que se inicia.



Abolição sem educação e reforma agrária – Além de seu valor moral, econômico e político, a Lei Áurea teve a grandeza estilística de abolir quatro séculos de escravidão com apenas um artigo, mas sua concisão pecou politicamente ao não tratar nem da estrutura agrária nem da educação. Foi um erro não ter feito a reforma agrária, nem implantado um sistema único de educação para toda a população. O resultado foi a migração da população libertada, do mundo rural para o urbano, sem emprego. A terra negada expulsou os alforriados e a falta de acesso à educação os impediu de conseguir emprego nas cidades.

Foi preciso esperar mais de um século de Abolição e República para surgirem leis que obrigam o Estado a oferecer vagas a todas as crianças, dos 4 aos 17 anos – mesmo assim, mantendo o sistema municipalizado e desigual conforme a renda do aluno. Essa desigualdade funciona como uma trincheira para manter a escravidão por meio de “escolas casa grande” e “escolas senzala”. Em função desse erro, o Brasil independente tem sido um crematório de cérebros, o que nos trouxe ao século XXI despreparados para a economia do conhecimento.

Manutenção do círculo vicioso da pobreza e da desigualdade –

Erramos ao manter o círculo vicioso que condena os pobres a herdarem a pobreza de seus pais e a transmitirem a seus filhos. O que, até 1888, se transferia pela cor da pele, continua se transferindo pela família, sobretudo porque mantemos, até hoje, o monopólio da educação de qualidade para a parcela rica da população. Em nenhum momento, tomamos a erradicação da pobreza como um propósito comum, um *instinto nacional*, defendido por Joaquim Nabuco para a Abolição da Escravatura, no final do século XIX. Aqueles que se preocuparam com o tema acreditaram que o crescimento econômico levaria automaticamente à distribuição da renda e que esta eliminaria a pobreza. Isso não aconteceu e a desigualdade se ampliou. Foi um erro político não criar um *instinto pró-abolição da pobreza* e um erro conceitual manter o entendimento de que trata-se de um problema puramente econômico.

Lacunas do pensamento econômico –

A partir de 1950, iniciamos a marcha ao desenvolvimento com base no pensamento econômico, mantendo pelo menos seis lacunas: a) não consideramos que a permanência da pobreza é um entrave ao crescimento econômico – ao contrário, consideramos que as dificuldades ao crescimento eram entrave à superação da pobreza; b) não consideramos acesso universal à educação de

base com qualidade como um fator determinante para o progresso econômico e social; c) não vimos que a confiança nas instituições, na moeda e na segurança são fatores fundamentais para produção e o desenvolvimento do país; d) não previmos os limites ecológicos e o esgotamento do Estado como entraves ao crescimento; e) tomamos o aumento do produto e da renda como sinônimo do progresso, sem perceber a necessidade de investimentos sociais para a promoção do bem-estar; f) não adaptamos a chamada estratégia *keynesiana* (maiores gastos públicos para dinamizar economias em crise) à realidade brasileira; e g) em consequência, adotamos, por décadas, uma aliança de políticos populistas com economistas sem responsabilidade fiscal.

Desprezo à competitividade e ao progresso científico e tecnológico

– Esperamos um século para fundar a primeira universidade e não fizemos do nosso sistema universitário um centro dinâmico de criação de ciência e tecnologia; a maior parte das nossas empresas prefere comprar tecnologia no exterior; e nossos bancos estatais de desenvolvimento não priorizaram o financiamento de empreendimentos inovativos. Preferimos proteger a ineficiência a apoiar a competitividade. Chegamos ao terceiro século da Independência, na era do conhecimento, sem dispor de um sistema nacional robusto de fomento e promoção da ciência, da tecnologia e da inovação.

Esforço puramente economicista de desenvolvimento regional –

Ao longo de sete décadas, o Brasil implantou programas visando ao desenvolvimento do Nordeste, baseado na transferência de capital para o setor industrial e de serviços. Apesar de resultados positivos na indústria, na agricultura e no turismo, os mesmos não conseguiram reduzir as históricas desigualdades regionais do Norte e do Nordeste com relação ao Sul e ao Sudeste. Em vez de induzir o desenvolvimento econômico das regiões mais pobres, o país preferiu adotar uma política de *pobreza assistida* por transferência de renda. Apesar da diminuição da penúria e da redução de fluxos migratórios para o Sul, os programas sociais assistencialistas, não foram capazes de quebrar a dinâmica do fracasso da desigualdade regional.

Interrupção da democracia – As crises decorrentes da concentração de renda, do esgotamento das finanças e da desvalorização da moeda, a corrupção e o descuido dos políticos com a democracia, além da manutenção do poder militar sobre a política, levaram ao rompimento da democracia, mais de uma vez, ao longo dos 200 anos. Embora tal interrupção tenha ocorrido em menos de 30% do período republicano, seu impacto é decisivamente negativo na formação cívica da população. Erramos ao não enfrentarmos as crises respeitando o tempo histórico que a democracia requer para corrigir suas falhas.

Sequestro da democracia – Tão grave quanto sua interrupção episódica tem sido o sequestro da democracia pelas elites dominantes e privilegiadas, também tem sido um grave erro não “democratizar a democracia”, preferindo usá-la para aumentar o número de privilegiados e não para abolir os privilégios e construir uma sociedade integrada. Os regimes democráticos mantiveram os mesmos níveis de analfabetismo, pobreza, concentração de renda, abandono do saneamento e moradia, além de ampliarem os privilégios existentes. Fracassamos ao permitir que a democracia fosse sequestrada pelas elites – políticas, sindicais, empresariais, intelectuais – que se constituíram em uma espécie de nobreza pelas corporações organizadas, promovendo a ascensão de seus membros da *senzala moderna à moderna casa grande*, sem desfazer o sistema que mantém estes dois polos sociais.

Patrimonialismo – Um dos mais graves erros dos 200 anos de Independência foi a continuidade do patrimonialismo, que há dois séculos saqueia os recursos do Estado brasileiro para servir às minorias privilegiadas, de empregadores ou de empregados, os quais, mesmo na democracia, se consideram seus donos. No início, eram as elites nobres do Império; depois, as classes dominantes organizadas, de capitalistas ou de trabalhadores, especialmente da cúpula do setor público. O patrimonialismo privatizou o Estado, inclusive utilizando empresas estatais com essa finalidade.

Opção por resultados imediatos e pessoais – As sociedades em geral se beneficiam da aceitação de sacrifícios imediatos de indivíduos para prover vantagens coletivas futuras. Esse não tem sido o caso do Brasil, onde o imediatismo se manifesta de forma explícita no voto do eleitor, nas políticas públicas promovidas pelos eleitos, nas estratégias empresariais e nos interesses particulares. A própria Constituição de 1988 cometeu o erro de guiar-se por interesses corporativos para o curto prazo. Foi uma Constituição cidadã para o momento de redemocratização, mas não uma Constituição patriótica para dar coesão e rumo ao país.

Modernização apressada – Sem as políticas desenvolvimentistas implementadas ao longo do século XX, a partir dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, entraríamos no ano do bicentenário da Independência como uma sociedade ainda rural e agrícola. Entretanto, as políticas para promover a “modernidade apressada”, simbolizadas no lema “50 anos em 5”, do Plano de Metas de JK, provocaram desequilíbrios que ameaçam a sustentabilidade de nosso progresso. O crescimento apressado desprezou a questão social, ignorou o bem-estar, relegou a distribuição de renda, endividou o Estado e a população, abandonou ferrovias, hidrovias e cabotagem pelo transporte automotriz, provocou dependência aos combustíveis fósseis, desorganizou as finanças públicas, depredou rios

e florestas e destruiu patrimônios culturais. Ficou insustentável.

Migração acelerada do rural ao urbano – A falta de uma reforma agrária que permitisse criar emprego levou os ex-escravos e seus dependentes a migrarem para as cidades, onde ocuparam o que eles chamariam de favelas. A concentração dos investimentos nas grandes cidades e o atrativo das indústrias urbanas provocaram um processo brusco de transmigração, que deformou as atuais metróp

NOSSOS DESAFIOS & MISSÕES

Riscos planetários – Ao longo do terceiro século de Independência, o Brasil poderá enfrentar riscos externos que afetarão a vida, o bem-estar e até mesmo a estabilidade da nação: a hecatombe de uma guerra nuclear; a extinção em massa e o esgotamento de recursos naturais devido a catástrofes ecológicas; o agravamento da desigualdade social, ao ponto de ruptura do sentimento de semelhança entre os seres humanos pelo uso da biotecnologia avançada; a eclosão de novas pandemias; e os efeitos desestabilizadores provocados pelas grandes migrações em massa. Neste início do novo século, o Brasil está impotente para influir na contenção dessas catástrofes globais. Nosso desafio é usar nosso

tamanho, nossos ativos naturais e econômicos e a competência da nossa diplomacia para termos papel relevante no cenário mundial e colaborarmos internacionalmente com a humanidade na missão de evitar tragédias dessas dimensões.

Coesão e rumo – Por décadas, trilhamos o rumo do desenvolvimento, mas chegamos ao bicentenário da Independência divididos socialmente, polarizados politicamente e estagnados economicamente. A indústria, que, durante muito tempo, foi o principal motor do nosso progresso, hoje sofre limitações. O primeiro desafio do Brasil para o seu terceiro século de Independência é construir coesão social no presente e formular rumos para o futuro, com planejamento e visão estratégica. Já nos primeiros anos, precisamos definir planos técnicos e bases políticas por *missões*, para realizar propósitos específicos, com vistas a nos consolidarmos como uma nação inserida, de forma eficaz e civilizada, na economia global e na era do conhecimento.

Destino manifesto e instinto nacional – O Brasil ainda não cumpriu seu *destino manifesto* para um país com a sexta maior população, o quinto maior território e umas das maiores economias do mundo: ser uma grande nação democrática, eficiente, sem pobreza, com justiça social, integrada internacionalmente, educada para a contemporaneidade,

pacífica, sustentável ecológica e fiscalmente, e protagonista do futuro da humanidade. Esse destino coincide agora com o *instinto nacional* de curto prazo, para aproveitar a grande janela de oportunidades aberta pelos limites ecológicos ao crescimento econômico tradicional. Podemos ser uma potência da nova *economia verde*, graças ao fato de reunirmos diversidade natural e conhecimento técnico.

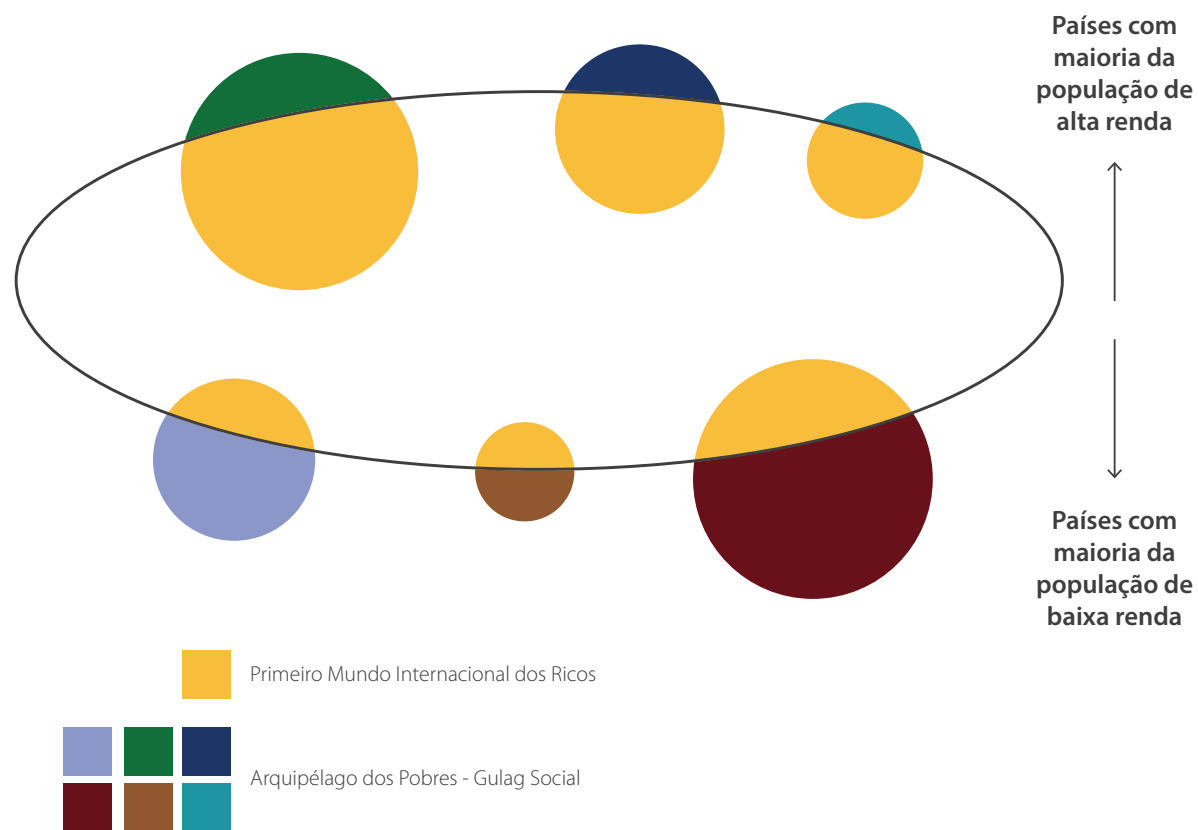
Para levar adiante esse *destino manifesto*, no longo prazo, o *instinto nacional* deve adotar, no curto e no médio prazos, *missões* para garantir o fim da pobreza, promover educação com qualidade e equidade, consolidar a democracia para os novos tempos e aumentar a produtividade da economia. É fundamental, ainda, garantir eficiência produtiva e liberdade empresarial, inspirar confiança nos agentes econômicos e direcionar nossa indústria para o novo progresso em marcha, com a implantação de um sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Tais missões podem ser realizadas nos moldes propostos pela economista ítalo-americana Mariana Mazzucato, em sua obra *Missão Economia*, na qual sugere que os projetos para a resolução de grandes problemas que afetam as nações e o planeta sejam inspirados e tenham a ousadia da missão estabelecida pelo governo dos Estados Unidos, na década de 1960, para viabilizar a ida do homem

à Lua. Como ela bem acentua, tal programa só alcançou sucesso graças a um trabalho contínuo e integrado, realizado pelo governo americano, em parceria com a iniciativa privada, com absoluto propósito público.

Integração eficiente e soberana na globalização plena – Fomos gestados no contexto da *globalização parcial* propiciada pelas grandes navegações e pelas descobertas dos séculos XV e XVI. Ficamos independentes sem romper com a metrópole e substituímos os laços com Portugal mantendo relação dependente com países centrais na economia mundial. Dois séculos pós-Independência, vivemos sob o signo da *globalização plena*. O mundo inteiro virou uma espécie de *terceiro mundo sem fronteiras*, onde a pobreza e a riqueza estão em todas as nações, embora em proporções diferentes: algumas com maioria da população pobre, outras com maioria rica, cada uma delas cortada por uma *cortina de ouro* que separa a parte moderna, rica e integrada internacionalmente, da parte pobre, atrasada e desintegrada dos demais bolsões de pobreza. Os ricos, não importa onde vivam, formam uma nação internacional, com o mesmo padrão de consumo e de acesso à ciência e à tecnologia; os pobres, por sua vez, formam um arquipélago de excluídos do progresso. Nosso desafio para o terceiro século é quebrar a *cortina de ouro* que corta o Brasil, para construir uma nação integrada ao mundo e sem exclusão social interna.

Cortina de ouro



Ingresso na era do novo progresso – O bicentenário da Independência coincide com um mundo plenamente globalizado, mas com o crescimento econômico limitado pela crise ecológica, em mutação para novos paradigmas científicos e tecnológicos e em transição geopolítica. Nosso desafio é ingressar nesse novo tempo com estabilidade política, dinâmica econômica, sustentabilidade ambiental, equilíbrio social, percebendo os riscos e as possibilidades das *janelas de oportunidades* que se abrem para o país.

Democracia em tempos planetários – Os dois primeiros séculos do Brasil independente ocorreram com democracias nacionais, nos mesmos moldes da democracia grega, da *Ágora*, adaptada à realidade moderna, pelos anglo-saxões. O terceiro vai exigir uma democracia que leve em conta, entre outras questões planetárias: preservação do meio ambiente, migração em massa, adaptação à simultaneidade e manipulação de informações (*fake news*) pelas modernas tecnologias de comunicação.

Na democracia do terceiro século, a Terra e a humanidade serão variáveis a serem consideradas na tomada de decisão em cada país. A população nacional será parte da totalidade da humanidade, e cada país será parte do planeta. A democracia

vai enfrentar o desafio de regras nacionais e com eleitores presos às necessidades locais e imediatas, mas enfrentando problemas políticos globais. A Terra não cabe na Ágora e a humanidade não cabe no povo. Atualizar a democracia é um desafio humano e o Brasil precisa dar sua contribuição nesse processo.

Democracia nacional sólida –

Enquanto não surge uma *nova democracia para o mundo global*, a consolidação da democracia nacional é prioridade para as próximas décadas: superar a fragilidade institucional decorrente do baixo nível de educação cívica, da permanente ameaça da intromissão das Forças Armadas, da instabilidade nas relações entre os Três Poderes, do desgaste dos atores políticos e dos partidos e da prática do presidencialismo de coalisão, que obriga o uso de mecanismos temerários de cooptação e até de corrupção.

Industrialização na economia digital e com limites ecológicos –

Nos primeiros anos do terceiro século de Independência, um dos nossos maiores desafios será reverter o processo de *desindustrialização analógica* ocorrido nas últimas décadas e implantar a *industrialização digital*: um sistema industrial que complemente o PIB com indicadores de bem-estar, com equilíbrio ecológico e com justiça social, competindo internacionalmente com base no que houver de mais

moderno no conhecimento científico e tecnológico da era digital.

Sistema fiscal eficiente, justo, inteligível e protegido –

A reindustrialização do país vai exigir um sistema fiscal diferente do atual, que é caótico, ineficiente, regressivo socialmente e nocivo à indústria. O Brasil precisa enfrentar o desafio sempre adiado de fazer uma reforma fiscal que promova empreendimentos e distribua renda e riqueza, mediante a implementação de um sistema inteligente, simples, distributivo, indutor da indústria, simpático ao avanço tecnológico, ao meio ambiente e à justiça social, incorruptível e comprometido com a governabilidade no presente e com a sustentabilidade no longo prazo.

Abolição da pobreza – Logo nas primeiras décadas do terceiro século de Independência, precisamos empreender a *missão “segunda abolição”*, com o propósito de abolir a pobreza, adotando políticas públicas que assegurem a cada brasileiro acesso ao necessário para assegurar a sobrevivência de sua família com dignidade: dispor de renda mínima em função do emprego compatível com seu potencial, comer bem, morar em ambiente saudável, educar-se em escola com qualidade, ter acesso a um sistema de saúde eficiente, participar de manifestações culturais, contar com transporte público de qualidade e ter segurança contra violências. Esses

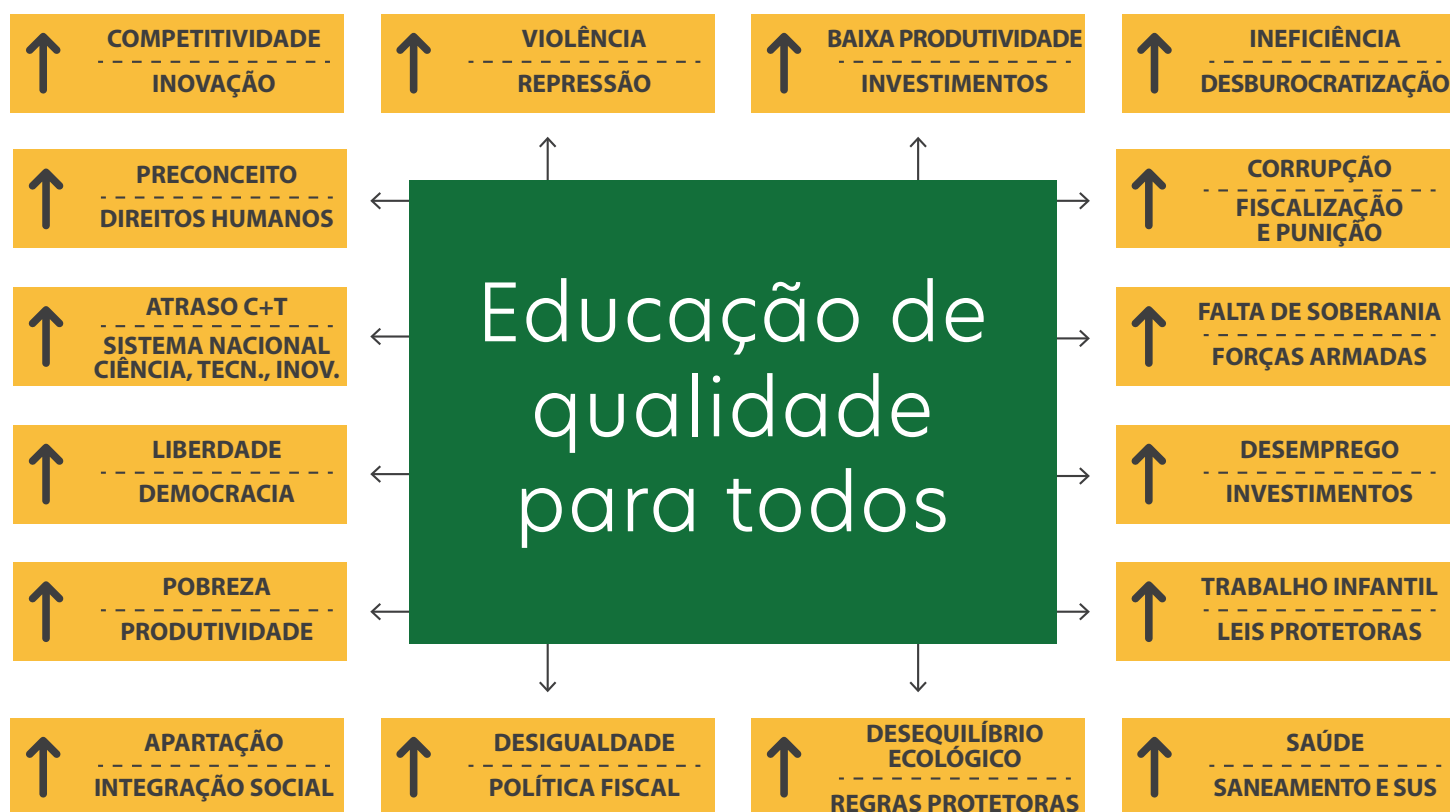
propósitos correspondem hoje ao que foi a Abolição da Escravatura no final do século XIX.

Promoção da educação plena para a contemporaneidade –

Educação não resolve todos os problemas, mas é essencial para solucionar cada um deles e ajudar nas respostas para o que ela não resolve. No novo século de Independência, precisamos eliminar o *analfabetismo para a contemporaneidade* que nos caracteriza e barra nosso progresso. Para isso, é crucial promover a *educação plena para a contemporaneidade*, para todos os brasileiros: falar, ler e escrever bem o português; dominar pelo menos um idioma estrangeiro; saber as bases da matemática, ciência, história e geografia; ter conhecimento e usar as ferramentas das tecnologias modernas; dispor de um ofício que assegure emprego e renda; ter as bases filosóficas e comportamentais para praticar a solidariedade entre as pessoas; ser consciente da necessidade de preservar o meio ambiente; sentir-se parte da humanidade; participar politicamente para fazer o Brasil e o mundo melhores e mais belos.

A missão educação plena para a contemporaneidade deve implantar um sistema educacional com a qualidade dos melhores do mundo e com equidade, que ofereça a mesma qualidade escolar a todas as crianças. O Brasil do terceiro século não pode continuar com seu sistema escolar

dividido em *escolas senzala* e *escolas casa grande*, conforme a renda de suas famílias. Para tanto, no começo de seu terceiro século, o país terá o mesmo desafio do debate ocorrido no pós-Independência, entre descentralizar ou centralizar. A questão a ser debatida, agora, será entre manter os quase seis mil frágeis e desiguais microsistemas educacionais ou adotar um robusto sistema nacional para a educação de nossas crianças. Também será um desafio fazer a passagem da *pedagogia teatral* – professor, quadro negro e alunos na mesma sala – para uma nova *pedagogia cinematográfica* – o professor com uso das modernas tecnologias digitais de informação, acúmulo de dados e tratamento de imagens, em forma presencial ou remota.



Erradicação do analfabetismo pleno – O desafio de garantir educação com qualidade para todos eliminará, em pouco tempo, o analfabetismo entre adultos, mas o novo século exige *missão específica para vencer o analfabetismo de adultos*, que até hoje mantém resquícios da escravidão, como um fóssil social, impedindo que milhões de brasileiros conheçam a bandeira de sua República e participem plenamente da construção do progresso nacional.

Distribuição da renda – Além da abolição dos bolsões de pobreza, o Brasil deve enfrentar o desafio de sair da posição de campeão em concentração de renda. Ao lado da *missão segunda abolição* para a erradicação da pobreza, precisamos executar uma *missão distribuição de renda*. O caminho básico será o aumento da produtividade na economia e a garantia de qualidade e equidade na oferta da educação, substituindo a concentração de renda pela origem social, por uma distribuição de renda baseada no talento, na persistência e na vocação de cada pessoa.

Aumento da produtividade –

É impossível erradicar pobreza e distribuir bem renda sem aumento da produtividade, especialmente no setor industrial. A superação desses desafios depende de algumas condições essenciais: liberdade econômica para os empreendedores; estabelecimento de clima de confiança entre consumidores, produtores, distribuidores e financiadores, nacionais e estrangeiros; desburocratização e reforma fiscal; e políticas públicas nas áreas de educação, de base e superior, e de ciência e tecnologia.

Superação das desigualdades regionais –

É preciso empreender, também, uma *missão contra a desigualdade regional*, orientada para dar equidade a todos os indicadores sociais e econômicos entre as regiões do país. Serão necessárias estratégias plenas e não apenas econômicas, como aquelas tentadas desde os anos 1960, que deram nova face à economia do Nordeste na indústria e no turismo, sem eliminar a pobreza nem reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação –

Os dois séculos de independência permitiram construir no Brasil diversas ilhas de excelência na geração de conhecimento, mas ainda não dispomos de uma mentalidade nacional motivada, nem de um sistema integrado para a geração de ciência,

tecnologia e inovação, com ação conjunta de governos, universidades e empresas. Um desafio para as próximas décadas é o fortalecimento de universidades e centros de pesquisa, buscando, também, integrá-los em um sistema que promova a sinergia de ações com a iniciativa privada. O novo século requer fortemente a execução de uma *missão ciência, tecnologia e inovação* como base para o processo de reindustrialização do país.

Combate consistente e

persistente à corrupção – Não podemos atravessar o terceiro século da Independência com o hábito e a cultura da corrupção, no comportamento dos políticos, nas prioridades da política, na degradação do valor da moeda, na construção de obras suntuosas, no abandono de projetos iniciados e na tolerância com a ineficiência. Para tanto, não bastam “forças-tarefa”. É preciso que haja uma repressão consistente e persistente aos ataques à coisa pública, com planejamento estratégico e utilização de modernas técnicas de combate ao crime, sobretudo com a adoção de valores de ética social, solidariedade e responsabilidade na educação de todos, desde a infância.

Aproveitar o boom das

commodities – A história econômica do Brasil retrata ciclos econômicos de sucesso e decadência em suas regiões: açúcar, algodão, borracha, cacau, ouro e café, cada um

substituído por novo ciclo depois do esgotamento dos recursos localmente e/ou da concorrência internacional. Com base nas experiências do passado e na prospecção das transformações em marcha, o Brasil deve enfrentar o desafio de não permitir que os setores atualmente dinâmicos entrem em decadência por não terem se orientado a tempo de se inserir, de forma efetiva, no novo ciclo da economia do conhecimento. O Centro-Oeste – que já utiliza intensivamente tecnologias de ponta para produzir mais grãos sem aumentar as áreas das lavouras – poderia, por exemplo, aproveitar os recursos do atual *boom* do progresso de *commodities* agrícolas para investir na criação de uma infraestrutura de ciência e tecnologia, para inovar e produzir bens e serviços que caracterizam as indústrias do futuro.

Desenvolvimento sustentável, respeito ao meio ambiente e cuidado com a Amazônia –

Um dos desafios mais imediatos no terceiro século de Independência será mostrar ao mundo que somos capazes de cuidar dos patrimônios da humanidade que estão sob nossa guarda e uso, sendo a Amazônia o principal deles. Precisamos formular estratégias para atender à necessidade planetária de um desenvolvimento sustentável, utilizando as potencialidades da rica biodiversidade da região amazônica para transformá-la no principal polo da bioeconomia mundial. Nossa *missão* é sermos *padrões*

para o novo desenvolvimento – verde, inteligente, sustentável, eficiente e distributivo – de que a humanidade necessita para o futuro.

Viabilização de um Estado eficiente e republicano – O terceiro século da Independência apresenta o desafio de despatrimonializar, dar eficiência e submeter o Estado à causa pública, fazendo com que ele se torne um instrumento das estratégias econômicas de longo prazo e da correção dos desequilíbrios sociais imediatos. Para tanto, é preciso que os governos e a classe política coloquem os interesses da nação e da população na frente das motivações de classes, grupos, indivíduos e corporações. Alguns pressupostos para o atingimento dessa meta são a eliminação da corrupção, da ineficiência, do empreguismo e do comprometimento com resultados imediatos para poucos. Além disso, o servidor público deve se tornar *servidor do público*, sendo essencial que a responsabilidade fiscal seja seguida à risca.

Soberania e defesa nacional na era global e do conhecimento – O Brasil enfrentará o desafio de construir sua soberania sem isolamento internacional e sua Defesa Nacional no tempo em que educação, ciência e tecnologia serão mais decisivas do que os tradicionais e antigos arsenais das forças armadas.

Desmigração e cidades inteligentes – Nossas cidades exigem mudanças que permitam oferecer qualidade de vida e convivialidade. A nova fase histórica do país requer políticas que possibilitem aproveitar as modernas tecnologias de comunicação e gestão para redesenhar cidades, viabilizando melhores condições de vida naquelas de pequeno e médio portes. Uma *missão para a desmigração voluntária* deve ser adotada para redistribuir a população nacional, eliminando os custos sociais dos grandes conglomerados urbanos, mantendo o acesso aos serviços sociais de qualidade e aproveitando o potencial dos meios remotos. Da mesma forma, será preciso enfrentar o desafio de interromper a transformação recente do Brasil de país de imigrantes para país de emigrantes, colocando como *missão* oferecer a nossos jovens a chance de viverem satisfeitos no Brasil e, com isso, barrar a tendência dos milhões que se viram forçados a emigrar ao longo dos últimos anos.

Cuidar dos jovens – O futuro dependerá especialmente do tratamento que for dado aos jovens de hoje. Esses brasileiros, entre a adolescência e a vida adulta, precisam de cuidados que lhes permitam frequentar cursos motivadores e empregadores, praticar atividades culturais e esportivas, adquirir consciência crítica e responsabilidade

patriótica e receber incentivos para o primeiro emprego. No terceiro século de sua Independência, o Brasil precisa executar uma *missão juventude*, com o propósito de resgatar e amparar a cidadania de seus jovens, em especial daqueles que vivem nas periferias.

Consolidação cultural no mundo – Nas próximas décadas, a cultura brasileira estará cada vez mais integrada ao mundo e correndo risco de diluir-se pela ocupação cultural estrangeira. A *missão consolidação da cultura* é um desafio fundamental para esse novo tempo. O primeiro passo é a promoção da educação de base com qualidade para todos, ao lado de políticas públicas de apoio às manifestações culturais nacionais e sua divulgação no mundo.

Exemplo de utopia libertária – No primeiro século de sua Independência, o Brasil foi basicamente um fornecedor de ouro, café, açúcar e algodão, produzidos quase que inteiramente por mão de obra escravizada. O segundo século se caracterizou pela tentativa de construir uma sociedade desenvolvida nos moldes capitalistas, com a promessa de eficiência econômica e justiça social. O terceiro século chega depois da demonstração da incapacidade do capitalismo tradicional para fazer uma sociedade inclusiva satisfatória e do fim da experiência socialista como promessa de modelo alternativo.

A utopia para o novo século de Independência deve estar ancorada nos seguintes pilares: fortalecimento das instituições democráticas, com liberdades individuais de opinar e de empreender; construção de um Estado democrático eficiente, com suas contas públicas equilibradas, sem corrupção e sem desperdícios; e viabilização de uma sociedade na qual ninguém esteja condenado a viver abaixo de um *piso social*, nem tenha direito de usufruir de consumo depredador acima de *teto ecológico*. Entre o *piso social* e o *teto ecológico*, é preciso que haja igualdade na educação e na saúde, com plena liberdade, possibilitando, assim, uma *escada de ascensão social* que os indivíduos subirão conforme o talento, a persistência e a vocação.



Esse é o desafio-síntese para antes do Sete de Setembro de 2122, quando celebraremos nosso terceiro século de Independência: o Brasil ter cumprido seu *destino manifesto* e servir de exemplo à humanidade como uma nação educada, economicamente próspera, socialmente justa, politicamente democrática, tecnologicamente avançada e ambientalmente sustentável.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA